

CRISE ECONÔMICA MUNDIAL: UMA NOVA VISÃO

Jorge Humberto Toldo¹

RESUMO

As crises econômicas e financeiras fazem parte do mundo capitalista. O presente trabalho aponta para a responsabilidade dos profissionais de finanças em ajudar a evitar que isso aconteça prejudicando empresas e pessoas alheias aos fatos pelo mundo todo. Para tanto, apontamos alguns mecanismos de prevenção às crises, que podem ser adotados principalmente pelos governos das grandes potências. Podemos citar três pontos-chaves para se controlar melhor o sistema financeiro: Limitar as operações de crédito das financeiras a um percentual dos seus ativos, criar um seguro entre as empresas gestoras de fundos de ativos de terceiros relativo ao grau de inadimplência do setor e, por último, criar uma instituição internacional de fiscalização às empresas gestoras de fundos de terceiros que prometem ganhos acima da média do setor. Com isso espera-se frear a ganância dos investidores e contribuir para que novos escândalos econômicos não ocorram, destruindo muitas empresas, profissionais, famílias e sonhos.

Palavras-chaves: Crise econômica; Gestão de ativos; Finanças internacionais.

¹ Graduado no curso de Administração de Empresas pela UniFaj – União das Faculdades de Jussara e Pós Graduado no Curso de Controladoria e Auditoria pela mesma faculdade. Email: jhtoldo@yahoo.com.br

1 Introdução

As finanças são sempre o conjunto da empresa. Uma empresa pode sobreviver com problemas em setores distintos, mas nunca com problemas nas finanças. Quando falamos de finanças corporativas, grandes fundos de investimentos que representam dezenas ou centenas de investidores a coisa toma uma proporção de igual responsabilidade, pois pode desencadear um efeito dominó em muitos setores diferentes, com efeitos colaterais catastróficos. Como vimos na crise imobiliária americana no ano de 2008. Sobre este problema, seus efeitos e como evitá-los que trata esse artigo, numa explanação do ponto de vista do autor.

Seria muita pretensão querer criar um modelo anticrise a nível mundial, mas o objetivo aqui é de apresentar aos leitores e profissionais de finanças, possíveis soluções e mecanismos que possam evitar que novos casos semelhantes à crise americana venham a acontecer.

Nada impossível, uma vez que o modo de administrar e controlar estão sempre em evolução. Ao criarmos uma ambiente de discussão, novas idéias vão surgindo, bons modelos já implantados em micro passam a macro e os organismos de regulamentação, diante da necessidade de mudança, portanto mais sensíveis a ela, vão aderindo às idéias e adotando-as como modelo às boas práticas do setor.

Sendo essa a maneira mais viável de levantar idéias para novos modelos mais eficazes de gestão, não será apresentado aqui um modelo pesquisado nem testado, e sim, novas idéias para melhor controle das operações financeiras internacionais. Parecem óbvias, mas não estão em vigor no maior centro financeiro do mundo, os USA.

Na seqüência, o trabalho aborda a comercialização desde seus princípios, a economia americana e suas fragilidades, a opinião de alguns profissionais sobre a crise, a ganância de investidores inconseqüentes, o Brasil mediante a crise e nas considerações finais as medidas apresentadas e suas conseqüências no mercado financeiro internacional.

2 A comercialização

Acreditamos que desde os primeiros registros de práticas comerciais, na época do escambo, as mercadorias tinham seu valor calcado na necessidade do comerciante, ou do consumidor. Desta forma, não se tinha um valor estabelecido para cada mercadoria em si, o interesse da troca era estabelecido pela necessidade de ambas as partes pelas mercadorias alheias.

Numa visão futurista do escambo citamos a “lei da oferta e procura” dos dias de hoje, que muitas vezes determina o preço das mercadorias. Um bom exemplo disso acontece com as commodities, petróleo, cereais, minérios, entre outros. Para exemplificar melhor, o mercado não leva em consideração se o produtor gastou R\$50,00 para produzir uma saca de feijão, seu preço hoje na praça é de R\$80,00, mas há poucos meses atrás esse mesmo feijão que teve o mesmo custo de produção estava sendo comercializado a R\$200,00 por saca. Isso se deve a que os insumos são produzidos em escala comercial e estão sempre disponíveis no mercado, portanto tem uma cotação constante baseada nos custos de produção. Quanto ao feijão, sua produção não se dá numa simples escala comercial, depende de muitos fatores principalmente do clima, fator de força maior, portanto numa época pode haver fartura e outra escassez, conseqüentemente, preço baixo e preço elevado respectivamente.

Assim funciona o comércio de mercadorias, determinado pela “lei da oferta e procura”. De uma forma semelhante seguem outros comércios, porém cada um com suas peculiaridades. Construção civil, veículos, bens de consumo, por exemplo, nesses casos a “lei da oferta e procura” pode estar diretamente ligada a fatores econômicos, época de recessão ou aceleração da economia.

3 A economia americana

Falando em economia, como se dá então, o comércio do dinheiro? Bem, nos últimos anos tem crescido muito a prática de “comércio de dinheiro”. Isso se dá em Bolsas de Valores ou mercado de balcão, através da comercialização de papéis, também chamado dinheiro virtual. Ninguém sabe precisar ao certo quanto dinheiro virtual existe no mundo dos negócios, mas o fato é que isso vem crescendo dia a dia, quer seja em comprar on-line, transações interbancárias, comercialização de títulos. Aliás, essa é uma das questões que pretendemos abordar nesse artigo pelo fato de entendermos ser o fato gerador da atual crise econômica mundial.

É sabido de todos que o grande motor do planeta é os Estados Unidos da América, principalmente quando se fala em dinheiro. São até curiosas as proporções que tomam as finanças daquele país. E o início de tudo foram os créditos imobiliários, comum na economia americana como fonte de riqueza para a população em geral. Muitos captam esses recursos, sempre baratos, para investirem em outros negócios mais lucrativos, pagam dívidas de negócios mal sucedidos, ou simplesmente aumentam o consumo, que aliás é o principal combustível (70%) do trilhonário PIB americano.

Tudo estava indo bem, até que algo começou a dar errado, na verdade uma consequência da solução de um problema anterior, a crise das empresas “pontocom” em 2001. A febre por um novo segmento que prometia crescimento exponencial aliado à falta de experiência em administrar tudo novo e simultâneo, ocasionou a crise do setor. Nada tão grandioso que não pudesse ser controlado, como o foi, pois se tratava de um segmento apenas quem por ser novo não afetou em significativo as finanças mundiais. Porém, como medida de combate a tal crise o Federal Reserve (Banco Central Americano) baixou as taxas de juros, as quais chegaram a 1,0% ao ano. Isso favoreceu, por outro lado, o mercado imobiliário, que além do tradicional empréstimo, agora mais barato ainda, aguçou a cobiça e os americanos investiram maciçamente no setor, sob a expectativa de valorização dos imóveis levando-os a investirem não só em seus próprios imóveis, mas em mais de um.

Tal situação, por sua vez, aguçou a ganância das financeiras especializadas em hipotecas imobiliárias, levando-as a atenderem um novo mercado, chamado “subprime”, que é composto por famílias de baixa renda e muitas vezes com históricos de inadimplência. Isso no mercado financeiro se traduz em risco e risco se paga com retorno alto, foi isso que desencadeou um verdadeiro festival de repasse de papéis hipotecários americanos mundo a fora. Todos interessados em altos ganhos. Perguntamos: não sabiam dos riscos? Sim, mas aqui entra uma outra questão a ser abordada, as Agências de Riscos. Estas, a exemplo a Standard & Poor’s, não classificou como alto risco as operações de refinanciamento de títulos imobiliários, com isso, os investidores que até então acreditavam piamente nelas, entraram de cabeça num mercado que se manteve artificialmente até meados de 2004, quando as taxas de juros do FED começaram a subir e culminaram em 2006 revertendo o quadro para imóveis financiados com taxas de juros elevadas, baixando seu valor de mercado, finalizando em 2008 num profundo colapso de inadimplência. Tudo em prol da ganância de investidores que desconsideraram o risco em favor dos altos ganhos.

4 Opinião dos profissionais

Assim como Mirian Leitão, em sua coluna no jornal “O Globo” em 17 de março de 2008, Rodrigo Constantino, economista da PUC-RJ, em sua coluna no site Parlata – Política, Economia e Conjuntura, condenam as atitudes das agências de risco, o que pode ser traduzida numa frase de Mirian Leitão: “Para que serve uma agência de risco se elas não conseguem prever o risco?”. Rodrigo Constantino vai ainda mais longe, afirma que as agências de risco atualmente trabalham sob proteção da SEC - Securities and Exchange Commission e do

governo americano. Como os fundos de pensão têm suas normas para investimentos, sendo somente permitido alocar seus recursos em investimentos com determinada classificação, as agências de risco mantêm seus serviços. No caso dos papéis imobiliários americanos, os investidores que acreditaram nelas, até por força estatutárias, descobriram que compraram gato por lebre depois do ocorrido.

Segundo ainda Rodrigo Constantino, as agências de classificação de risco vêm perdendo credibilidade dia após dia no mercado financeiro:

“No mercado financeiro, ninguém mais leva a sério essas agências de risco. Elas são totalmente atrasadas, reduzindo as notas de crédito somente quando a empresa já está à beira da falência e os investidores já puniram suas ações de forma violenta. Ou então concedendo o grau de investimento para um país somente depois que os investidores já anteciparam as melhoras e colocaram tudo no preço. No livre mercado, isso jamais seria possível. Mas como o governo exige o selo dessas agências, elas conseguem não apenas sobreviver, como prosperar. O investidor Warren Buffett, de olho nisso, chegou a investir na Moody’s através de sua Berkshire Hathaway.”

É válida a crítica do economista às agências de risco, bem como a pergunta oportuna da jornalista Mirian Leitão: para que servem as agências de risco se não prevêm o risco? Uma coisa é certa: precisamos de uma nova visão sobre as finanças internacionais. O mundo dos negócios mudou mais do que as normas que os regem e isso tem trazido situações inusitadas e com conseqüências imprevisíveis, como a recente crise imobiliária americana. Aliás, até no nome está errada, pois a crise não foi imobiliária foi financeira. Originou-se de uma demanda acentuada aos financiamentos de baixos juros (financeiro), agravou-se pela distorção na metade do jogo, quando o FED aumentou as taxas de juros desses empréstimos (financeiro) e estourou quando as financeiras não honraram a verdadeira pirâmide financeira criada pela ganância de altos retornos ignorando os riscos. Então podemos levantar aqui mais um ponto de vista a ser questionado, além da credibilidade das agências de risco: a limitação da gestão de ativos de terceiros, pelas financeiras, de acordo com seu ativo próprio. Ou seja, criar mecanismos de controle que impeçam que financeiras extrapolem seu potencial de gestão em busca de grandes ganhos.

Nesse sentido até mesmo o primeiro ministro da Inglaterra, Gordon Brown a dois meses de Londres receber os países do G20, criticou o FMI e o Banco Mundial. O primeiro-ministro britânico quer instituições adaptadas aos tempos atuais, diz a reportagem do site euro news:

Brown diz que as instituições financeiras mundiais, criadas no pós-guerra, devem ajudar a criar sistemas de alerta para evitar crises como a atual. “As instituições mundiais, tal como foram definidas nos anos 40, não estão adequadas às tarefas de 2009 – precisam de um salto em frente, de uma

reformulação, para que possam atuar numa economia global. É preciso uma instituição global, capaz de lidar em permanência com estes problemas, se queremos mais progresso no futuro”, disse Brown.

5 Ganância acima da razão

Não bastasse a crise imobiliária americana, que não foi imobiliária, temos ainda outro acontecimento que subscreve tudo o que está sendo colocado aqui: imediatamente após o estouro da crise imobiliária, vem a tona o esquema Madoff. Bernard Madoff era um renomado executivo de Wall Street, foi presidente da NASDAQ e montou um esquema bilhonário que na verdade uma legítima pirâmide financeira “a lá Tio Sam” , como bem resume o jornal O Estadão em 17 de dezembro do 2008:

A fraude era feita da seguinte forma: a empresa de Madoff atraía os investidores oferecendo níveis de rentabilidade que chegavam a 1% ao mês, ou seja, mais de 10% de retorno no investimento por ano. Ele, então, utilizava o dinheiro desses novos investidores para pagar clientes antigos, que queriam resgatar os recursos aplicados.

O esquema funcionava porque os rendimentos não eram pagos aos investidores todo mês, apenas acompanhado por eles. Esse dinheiro só seria devolvido ao cliente quando este resgatasse seu investimento. O problema é que, diante de grande demanda por resgates em decorrência da crise financeira, o fundo de Madoff ficou sem dinheiro para pagar os investidores e a fraude veio à tona.

A Comissão de Valores Mobiliários (SEC) dos Estados Unidos tinha autoridade para investigar os negócios de Madoff. Analistas financeiros levantaram dúvidas sobre as práticas de Madoff repetidamente ao longo da última década, incluindo uma carta de 1999 para a SEC que acusava Madoff de estar realizando o esquema Ponzi. Mas a agência não conduziu nem mesmo uma análise de rotina no fundo de investimentos até a semana passada.

Quanto aos reguladores, a SEC regularmente fiscalizava a Bernard L. Madoff Investment Securities, mas não sua empresa separada de assessoria financeira. Essa empresa gerenciava um fundo hedge que não estava registrado na SEC até setembro de 2006 - e, de acordo com relatos, nunca foi sujeito a inspeção depois disso.

Pois bem, não temos dúvidas que precisamos urgente de uma nova visão para as finanças internacionais para, pelo menos, amenizar novas crises de grandes consequências. Precisamos mais do que isso, precisamos de mecanismos para identificar e evitar que isso aconteça. Como colocamos acima, se tivéssemos mecanismos que limitassem a gestão de fundos de terceiros a uma proporção dos ativos próprios do gestor, imprudências como a má gestão das financeiras americanas e do Fundo Madoff não aconteceriam. Porém, do outro lado da mesa temos novamente a figura do investidor ganancioso que aceita correr riscos em troca de altos ganhos, mas nunca aceita perder seus investimentos.

Nossos protestos ficam por conta de que em tempos de vacas gordas nenhum fundo ou banco divide seus altos lucros com a população e em épocas de crise essa tem que ajudar a pagar a conta da ganância deles próprios.

6 O Brasil e a crise

O Brasil, é verdade, foi um dos países que menos sofreu com a atual crise, isso se deve a ações tomadas num passado tumultuado de crise no sistema financeiro nacional que levou diversos bancos a falência, ações como a elevação das taxas de depósito compulsório dos bancos ao Banco Central do Brasil, hoje em 8% para depósitos à vista e a prazo e 10% para depósitos em poupança, isso garante de certa forma as operações dos bancos, como se fosse um seguro. Ponto para o Brasil e até por isso passou a ser um dos países mais visados para investimentos estrangeiros na atualidade. Porém, analisando nosso momento econômico, temos visto no nosso dia a dia, uma verdadeira chuva de financeiras financiando a população em todas as classes sociais. Temos visto lojas de bens duráveis que deixaram sua atividade fim para, disfarçadamente, ganhar dinheiro com atividade financeira e não com a venda de eletrodomésticos. Temos visto aposentados se endividarem até o pescoço nessas financeiras, até para ajudar familiares que já não podem mais tomar empréstimos na praça, ou porque seus pais e avós tomam empréstimos com taxas mais atrativas. Temos visto financiamentos com prazos tão longos que praticamente ultrapassam a vida útil do bem, tudo por uma prestação mensal baixa que possa atingir as classes menos favorecidas. Não seria esse o “subprime brasileiro”? Atualmente temos visto demissões em massa e em todos os setores da economia brasileira, apesar dos esforços do governo que já investiu mais de 350 bilhões de reais no combate aos efeitos da crise. Milhares de trabalhadores perderam seus empregos e quantos desses tem prestações intermináveis a pagar?

Sabemos que o economista bengalês Muhammad Yunus, através de suas ações de ofertar micro crédito aos menos favorecidos em seu banco o Grammen Bank (fundado pelo próprio Yunus) ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2006 e teve sucesso com isso, pois ajudou muitos até então excluídos do sistema financeiro a conseguirem produzir para seu sustento. Mas cada caso é um caso e tem de ser analisado como tal.

No nosso caso das financeiras, é comum vermos ofertas de refinanciamentos de dívidas na praça, principalmente em veículos, alguns mais agressivos anunciam: “compramos suas dívidas com taxas melhores...” parece que já vimos esse filme, só espero que tenha outro final.

7 Considerações finais

As crises existiram, ainda existem e provavelmente existirão, a questão é criarmos mecanismos para pelo menos amenizá-las, se não até evitá-las.

Temos visto também que as crises mais significativas e que atingem em massa a população mundial, são as crises de cunho financeiro, pois atingem a espinha dorsal do mundo dos negócios. Aliás, nesse momento é que percebemos o quanto as empresas estão diretamente dependentes de capital de terceiros. Outras crises aconteceram em setores isolados e não observamos maiores conseqüências em largas escalas, portanto crises financeiras simplesmente não podem acontecer.

Dada a relevância do setor financeiro e suas conseqüências mundiais, vimos que o mesmo não está sendo monitorado ou administrado com a devida responsabilidade. É notória a urgência de uma nova visão sobre as finanças internacionais para prevenção às crises.

No intuito de oferecer opções aos novos mecanismos de controle e prevenção de crises financeiras, vimos como pontos primordiais as seguintes ações:

- Criar limites nas operações de crédito das empresas financeiras relativas ao seu patrimônio líquido. Assim como é feito no Brasil com as empresas que buscam empréstimos na rede bancária, estas, mesmo estando em dia com suas obrigações, estão sujeitas a limites de crédito relativos aos ativos da empresa. A exemplo do BNDES, este limita as operações de crédito das empresas a 30% dos seus ativos. Isso garante um limite aceitável na capacidade de endividamento das empresas, por conseqüente sua continuidade.
- Criar um fundo de securitização entre as empresas de gestão de fundos de terceiros. As taxas desse fundo devem ser relativas à inadimplência do setor, o que garantiria uma possível crise do setor.
- Criar um organismo internacional, pois vivemos em globalização, para fiscalizar as operações de gestores de fundos de terceiros que prometem ganhos acima da média aos investidores.

Sabemos que numa democracia e num cenário de livre comércio não podemos impor certas condições, mas acreditamos que com os três pontos básicos acima descritos, podemos contribuir em muito para a prevenção das crises do setor financeiro internacional.

Referências bibliográficas

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u445011.shtml>

<http://www.euronews.net/pt/article/09/02/2009/uk-pm-wants-imf-and-world-bank-changes/>

http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?t=agencias-de-risco-nao-estao-enxergando-nada&cod_Post=93913&a=73

http://www.parlata.com.br/artigo.php?id_geral=3458

http://www.mte.gov.br/pnmpo/microc_servico_paz.pdf

http://www.estadao.com.br/economia/not_eco295371,0.htm